



# ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DO CONCEITO DE SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO

## Resumo

**E**ste artigo revisita o conceito de superexploração do trabalho a partir da polêmica aberta por Rodrigo Franklin sobre a tentativa de formalização da superexploração do trabalho em um artigo publicado originalmente em 1999 na Revista da SEP. Após debater criticamente os argumentos do polemista, propõe reformulações exploratórias para formalizar a superexploração do trabalho e algumas alterações na definição do conceito.

Palavras chave: Superexploração do trabalho; Ruy Mauro Marini; marxismo

## Abstract

This article revisits the concept of super-exploitation of work from the controversy opened by Rodrigo Franklin on the attempt to formalize the super-exploitation of work in an article originally published in 1999 in the SEP Journal. After critically discussing the arguments of the polemicist, it proposes exploratory reformulations to formalize the super-exploitation of work and some changes in the definition of the concept.

**Keywords:** Super-exploitation of work; Ruy Mauro Marini; Marxism

## CARLOS EDUARDO MARTINS

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PEPI/UFRJ)

## I. Introdução

O artigo *Superexploração do trabalho e Acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência* foi

escrito em 1999, para a Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, e incorporado posteriormente em outros trabalhos mais amplos, sem maior revisão analítica. O objetivo, ao escrevê-lo, foi o de avançar em um campo inexplorado que é o da formalização matemática da superexploração do trabalho no campo da teoria do valor marxista, partindo dos marcos analíticos elaborados por Ruy Mauro Marini ao longo de sua obra. Trata-se, portanto, de um texto de caráter exploratório, uma vez que não havia precedentes desta incursão, cuja intenção era a de suscitar um debate sobre um tema que consideramos necessário ao avanço deste enfoque.

O convite da SEP para voltar à discussão deste tema 18 anos depois demonstra a difusão que a obra de Ruy Mauro Marini assumiu no Brasil e na América Latina desde então, e trata-se de uma ótima oportunidade para recolocar questões formuladas anteriormente, sublinhando e aprofundando seus aspectos fundamentais e retificando alguns encaminhamentos quando necessário. Sobre isto, é importante pontuar três questões:

a) A releitura do artigo evidencia algumas inconsistências na tradução do marco teórico-analítico em linguagem matemática. Estas inconsistências precisam ser corrigidas para a simulação adequada das condições específicas em que atua a superexploração do trabalho. Entendemos que a simulação das transferências de valor intras-

setoriais e intersetoriais descritas por Marini contribuem para avançar, inclusive, na própria formulação do conceito de superexploração de trabalho;

b) As inconsistências da tradução do marco teórico em linguagem matemática não têm nenhuma relação com a crítica que Franklin faz ao meu texto. Franklin, ao invés de contribuir para elucidar o tema, parece querer lançar uma cortina de fumaça sobre ele, ao me imputar inexplicavelmente formalizações matemáticas que não elaborei e construções teóricas e analíticas que não encontram qualquer pertinência no meu trabalho, nem no de Ruy Mauro Marini. Seu texto faz lembrar o velho lema de um antigo personagem brasileiro, “eu não vim para explicar, mas para confundir”. A revisão por pares é um item indispensável para o desenvolvimento da ciência, que é compatível com revisões e retificações, mas dela não devem fazer parte a manipulação, adulteração e violação do pensamento que se quer revisar;

c) As necessidades de responder às acusações inadequadas feitas por Franklin ao meu artigo constituem um desvio de percurso em relação ao que realmente importa, e comprometem parte do esforço para desenvolver o primeiro item de nossas preocupações, razão pela qual, proximoamente, lhe dedicaremos um artigo específico que será incorporado nas edições para o inglês e o castelhano de Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina (MARTINS, 2011), que já se encontram em preparação. Todavia, adiantaremos aqui alguns dos seus elementos.

## 2. As críticas de formais Franklin

Franklin inicia seu texto apresentando-me, junto a outros autores, como uma das referências do debate contemporâneo sobre a dependência. Todavia, menciona que minha tentativa de contribuição para o estado da arte da teoria da dependência consistiria na malograda tentativa de formalização matemática do conceito de superexploração. Embora agradeça a deferência inicial de Franklin, sinto-me na obrigação de dizer que meus esforços analíticos junto à teoria marxista da dependência não se restringem a esta iniciativa exploratória de formalização.

Tenho me dedicado a algumas linhas de pesquisa, entre as quais cito: a articulação da teoria marxista da dependência com as análises do sistema mundo, buscando contribuir para a construção de uma teoria marxista do sistema-mundo e para um enfoque de longa duração da economia política da dependência; a análise dos novos padrões de acumulação da economia mundial contemporânea e do capitalismo dependente; o balanço do pensamento social latino-americano e seus debates; a revisão do conceito de superexploração do trabalho, ampliando suas categorias, para incluir nele o aumento do valor da força de trabalho, pela via da maior qualificação, sem a elevação salarial equivalente<sup>1</sup>; e a atualização analítica dos ciclos específicos da dependência. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* busca

reunir estas diversas iniciativas, representando neste livro, a proposta de formalização matemática da superexploração do trabalho, um momento específico dentro do capítulo 6, dos sete capítulos que compõem o livro.

Franklin divide suas críticas ao meu trabalho em formais e de fundamento, termo que utiliza para referir-se às questões teóricas e qualitativas.

No que tange às questões formais, inicia seu ataque afirmando que o modelo que apresentei não possui duas variáveis fundamentais para situar a superexploração do trabalho: valor da força de trabalho e salários. Em seguida, faz a espantosa afirmação numa nota do seu texto: “seu modelo inclui o capital variável, o que poderia indicar que o autor pretende tratar do valor da força de trabalho em um nível agregado. Mas, ainda assim, faltaria incluir a massa de salários paga aos trabalhadores.”

Pergunto-me: a que será que Franklin imagina se referir o capital variável, senão ao valor da força de trabalho? E pelo que Franklin imaginaria representar a massa de salários paga aos trabalhadores, senão pelo capital variável? Pelo capital constante? Pelo mais-valor? Enfim,

---

<sup>1</sup> Curiosamente, Franklin, em sua tese de doutorado, afirma que, descartando-se o aumento de salários, a única forma de aumentar o valor da força de trabalho é através da variação da extensão e da intensidade da jornada de trabalho, ignorando a diferença entre trabalho simples e complexo e o tempo/quantidade de trabalho destinado à produção da força de trabalho na determinação de seu valor (FRANKLIN, 2015, p. 132).

trata-se de uma alegação sem nenhum fundamento lógico e empírico.

A segunda crítica de caráter formal que Franklin faz ao modelo apresentado é a de que este traz equações que se referem ao valor do produto e não ao preço de produção. Aponta que  $c + v + m = p$  é substancialmente diferente de  $K + l = p$  e outras opções que apresenta, entre elas,  $c + v + l = p$ . Mas vejamos isto mais de perto, uma vez que eu parti das seguintes condições para formular as equações: que o capital representado possui composição técnica média e atua nas condições médias de produção; e que, para fins de simplificação, foram descartadas as variações de preço de mercado, considerando-se a oferta igual à procura e, portanto, o preço de mercado igual ao preço de produção. Nestas condições específicas, pergunto-me, a que será que Franklin imagina representar  $m$ , se o mais-valor é igual ao lucro?

$C + v + m = p$  é exatamente igual a  $K + l = p$  ou  $k + kl = p$  sempre que a  $m$  for igual a  $l$ , isto é, a massa de mais-valor for igual à massa de lucro média correspondente ao preço de custo médio. A razão para incluirmos  $m$  como parte das fórmulas que apresentamos está justamente em mostrar como a taxa de lucro para os capitais particulares altera-se em função de transferências de valor fundadas em assimetrias de produtividade intrasetoriais e intersetoriais. Estas transferências de valor que tendem a desviar o

mais-valor do lucro para capitais particulares podem se dar no interior do ramo ou entre eles, violando ou não o nivelamento das taxas de lucro entre os ramos.

A terceira crítica de Franklin é de que na equação I -  $(c+v+m) \cdot y = p/x'$  haveria um erro de especificação, pois o mais-valor transferido para outros setores seria maior do que o gerado pelo próprio setor, que produziria um mais-valor de 300, contra o envio de 500, onde  $p/x$ , no exemplo numérico apresentado,  $c = 500$ ,  $v = 200$ ,  $m = 300$  e  $x = 2$ , representa a queda de valor de um determinado capital a partir da desvalorização das mercadorias pelo capital que eleva a produtividade e determina os seus valores individuais. Em reforço ao suposto erro de especificação, aponta que a taxa de lucro no setor que transfere seria negativa em 28,57%.

Em relação a esta observação de Franklin, alguns comentários: o autor parece ser partidário da teoria do equilíbrio, recusando-se aceitar a tese de Marx exposta no capítulo 24, do livro I de *O Capital*, de que a acumulação primitiva de capitais, onde a violência é o elemento principal para expropriação de forças pré-capitalistas e trabalhadores, segue outra etapa, em que a própria aplicação da lei do valor é responsável pela expropriação, implicando na expropriação de capitalistas por capitalistas e na centralização de capitais. Assim, a sua suposição de que não poderia haver taxas de lucro negativas em

empresas e setores – implicando em elevação da jornada de trabalho e da intensidade de trabalho, ou cortes salariais como compensação, ou ainda quebras e liquidação de empresas como resultado – é estranha ao processo que Marx descreve de mundialização da lei valor. Outra inadequação que chama a atenção é a de Franklin considerar o mais-valor, no exemplo mencionado, restrito ao seu resultado líquido, isto é, 300, sem perceber que o capital constante é o mais-valor sob outras formas, e só se restitui no processo produtivo a partir da produção de mais-valor que não se especifica sob a forma de mais-valor líquido, isto é, aquele que se deduz da restituição do mais-valor acumulado sob a forma de capital constante.

A quarta crítica de Franklin é a de que a massa de mais-valor transferida ao setor da equação 4 –  $(c + v + m)z - y = \frac{pz}{x'}$  – não coincide com a deduzida do setor da equação 2 –  $(c + v + m) - y = \frac{p}{x}$ , significando que  $y$  é diferente de  $m'$  e revelando uma inconsistência interna no modelo. Franklin, então, se propõe a igualar equações diferentes chegando, obviamente, a resultados incompatíveis.

A equação 4 é diferente da equação 2 porque representa uma situação concreta distinta de diferencial de produtividade, sendo obviamente o  $y$  da equação 4 diferente daquele da equação 2. Todas as quatro equações representam situações concretas distintas e independentes que

não podem ser igualadas como quer Franklin, que, a partir daí, deriva as suas equações 5, 6, 7, 8 e 9 sem nenhuma correspondência com os supostos que especifiquei. Com base nisto, constrói uma equação 5 e me cobra seus resultados, como se esta estivesse no meu texto, para provar que 1750 não é igual a 1000.

A equação 3 descreve a obtenção de mais-valor extraordinário por um capital que determina as condições médias de produtividade, em função da elevação da sua composição técnica, o que envolve as suposições de que não haja desvalorização individual das mercadorias, de que estas se vendam e de que o setor tenha composição técnica superior aos demais para que se converta em lucro extraordinário. A equação 3 não tem nenhuma relação com a equação 2, nem há a pretensão de equivaler o  $m'$  ao  $y$  desta, que nem se encontra na equação 3, como quer Franklin. Na equação 4, da mesma forma que na equação 2, e ao contrário da equação 3, a produtividade média incide desvalorizando individualmente as mercadorias. No caso apontado, neutraliza a tentativa de obtenção de mais-valor extraordinário de um capital particular, cuja variação da produtividade poderia levá-lo a usufruir da situação 3, caso não houvesse a desvalorização individual do produto. Assim, não faz nenhum sentido encontrar  $m'$  pela variação da produtividade na equação 3 e inseri-lo como valor independente na equação 4, como quer o crítico em questão, uma vez que

se despreza o contexto relacional específico em que está inserido.

### 3. Os equívocos reais do modelo

O fato de as críticas de Franklin ao modelo serem improcedentes não significa, entretanto, que este esteja adequado aos objetivos a que se propõe. Se é verdade que na versão apresentada à Revista da SEP em 1999, e incorporada em um dos capítulos à tese defendida na USP em 2003, não havia qualquer menção a que o exercício de formalização algébrica trataria de transferências de valor entre setores, violando os preços de produção, posteriormente esta afirmação foi feita de forma equivocada. O texto de 1999 não menciona setores, mas capitais A e B. Todavia, na versão publicada em 2009 e 2011, esta afirmação foi feita de forma equivocada<sup>2</sup>.

O que de fato este modelo apresenta, fundamentalmente, são variações do valor de mercado e a sua incidência sobre a taxa de lucro dos capitais de menor composição técnica em função da concentração da produtividade no setor de bens de consumo suntuário. A inadequação para representar as transferências que incidem sobre o preço de produção não tem nada a ver com a forma  $c + v + m = p$ , resguardadas as condições anteriormente assinaladas, nem com uma incapacidade de representar a transferência de mais-valor entre setores, independente dos preços de produção e do nivelamento das taxas de lucro, porque o fenômeno não existiria nem

no plano lógico e nem no empírico, como parece querer Franklin.

Há, entretanto, outra inadequação do modelo, na equação 4, presente também na versão de 1999. No denominador que reduz o valor de  $p$ , isto é, a massa de valor gerada pelo capital expropriado, deve estar o múltiplo que determina a redução do valor médio da mercadoria produzida e não o diferencial de produtividade entre o capital que determina a produtividade média e a do expropriado. Todavia, feita esta correção, descartar-se-ia, necessariamente, as conclusões de proporcionalidade entre capitais e sustentação da taxa de lucro que a equação sugeria.

Caberia, então, reformular amplamente os esquemas algébricos para representar as situações de transferências de mais-valor, formuladas por Ruy Mauro Marini, como determinantes da superexploração do trabalho. Estas envolvem transferências de mais-valor determinadas por situações monopolistas que incidem entre os ramos produtivos e no interior deles. A transferência de mais-valor entre os ramos produtivos é apenas um dos determinantes da superexploração do trabalho, combinando-se com o nivelamento das taxas de lucro mediante a

---

<sup>2</sup> Esta versão foi incorporada em *América Latina e os desafios da Globalização* (2009) e em *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina* (2011)

constituição de situações monopolísticas dentro dos ramos produtivos.

Antes de avançarmos neste ponto, trataremos, entretanto, das objeções teóricas que Franklin imputa ao meu trabalho

#### 4. As críticas analíticas de Franklin

As críticas de caráter teórico e analíticas de Franklin constituem, no geral, um conjunto de observações arbitrárias e sem conexão com os meus trabalhos e os de Ruy Mauro Marini, que não resistem à mínima leitura dos mesmos. Além disso, o crítico faz afirmações que limitam enormemente o alcance da teoria do valor marxista e a sua capacidade de teorizar a desigualdade e concentração de capitais, aproximando-a de uma teoria do equilíbrio.

Franklin, nessa parte de seu artigo, faz um conjunto de assertivas, que resumiremos a seguir:

- a) O mais-valor extraordinário não pode se fixar entre os ramos produtivos, significando a aceitação acrítica por mim, desta tese de Marini, um contrassenso teórico tanto quanto é aquela, uma vez que o mais-valor extraordinário só pode se fixar no ramo produtivo, pois a alteração da produtividade não gera efeitos além do mesmo setor;
- b) Para Ruy Mauro Marini, o mais-valor extraordinário fixa-se apenas entre os setores produtivos;
- c) Confundo a produtividade do trabalho com a composição orgânica do capital e atribuo as

transferências de valor entre ramos, via preços de produção, à primeira, quando o fenômeno que está por trás destas é a distinção da taxa de lucro média em cada setor. Neste tópico, o crítico pretende ensinar a obviedade de que a indústria de alfinetes, apesar de produzir mais valores de uso que a de automóveis, não se apropria de valor desta;

d) O fenômeno da superexploração do trabalho depende necessariamente da atuação do mais-valor extraordinário entre os ramos;

e) Os preços de produção, ao nivelarem as taxas de lucro, não geram nenhuma necessidade de compensação por parte dos setores “expropriados” (aspas de Franklin) e

f) Ruy Mauro Marini descarta, em *Dialética da Dependência*, o fenômeno dos preços de produção como parte das transferências de valor entre centro e periferia, e a troca desigual entre estas regiões explicar-se-ia pelos preços de mercado, fenômeno que eu descartaria

Quanto à afirmação de que o mais-valor extraordinário não pode se fixar entre ramos produtivos, impressiona que não haja nenhuma discussão de parte do crítico do argumento formulado por Marini, já que considera suficiente para descartá-lo, rotulá-lo de contrassenso e repetir trivialidades dos piores manuais sobre a economia política marxista. A assertiva de Franklin de que os diferenciais de produtividade não geram nenhum efeito fora do setor que o introduz só seria possível de ser sustentada se não houvesse entre os ramos produtivos nenhuma

relação de trocas, ou, em havendo, esta não resultasse em nenhum impacto na produção de valor fora do próprio setor.

Ora, o que Marini mostra é que, quando a produtividade se concentra nos setores de bens de consumo necessário e de maquinarias e equipamentos, a economia de força de trabalho ali instituída pela elevação da composição técnica do capital afeta a massa de valor produzida pelo ramo de bens consumo necessários, cuja realização depende, em parte, do capital variável daqueles setores. Assim, quanto maior a composição técnica do capital, isto é, a relação em valor, capital fixo /trabalhador, e sua concentração no segmento de bens de consumo suntuário e maquinaria e equipamentos, maiores serão os efeitos sobre a depreciação do valor das mercadorias que constituem bens de consumo necessário. Além deste efeito, podemos mencionar outro: a economia relativa de capital circulante, que a elevação da composição técnica gera, afeta também a realização e a massa de valor do segmento que produz matérias-primas e que destina grande parte de sua produção aos de maior composição técnica e orgânica do capital, depreciando também o valor de suas mercadorias.

Tais fenômenos fazem parte do intercâmbio desigual e da deterioração dos termos da troca entre setores produtivos. Ao ignorá-los, o crítico blinda o seu “marxismo” da possibilidade de

conhecer processos básicos constitutivos da economia mundial capitalista. Se é verdade que um dos aspectos da transferência de valor internacional é o monopólio, não ocorre ao crítico o porquê de os países centrais se especializarem justamente em produtos de bens consumo suntuário e com alta composição técnica do capital – aqueles que, dentro do modelo de equilíbrio de Franklin, seriam os mais propensos à queda da taxa de lucro, em razão da diminuição relativa do capital variável – caso não houvesse transferências de valor entre os ramos que fossem além dos preços de produção. Talvez por rechaçá-los, o crítico não entenda porque o Brasil não se tornou uma potência mundial tendo usufruído em sua história dos monopólios do café e da borracha, ou o Chile, do cobre, ou a Argentina, da carne, para citar alguns exemplos. Talvez também não entenda como a mudança de centro hegemônico da Grã-Bretanha para os Estados Unidos, com outro nível de composição técnica do capital, afetou o mercado mundial de matérias-primas e colocou em crise as economias agroexportadoras.

Se é verdade que Marini menciona, em *Dialética da dependência*, a presença dos preços de mercados como mecanismos de transferência de valor, não os dissocia, entretanto, dos diferenciais de composição técnica do capital. Da mesma forma, é completamente absurdo mencionar que os preços de produção estão ausentes desta obra do autor, enquanto mecanismo de transferência

de valor entre centro e periferia que ativa a superexploração. Se o crítico fizesse uma leitura minimamente atenta deste pequeno e paradigmático livro, ao invés de se ater apenas às suas páginas iniciais, teria de integrá-lo efetivamente à exposição que faz do pensamento de Marini ao confrontar-se com trechos como este:

La transferencia de ganancias y, por ende de plusvalía, hacia los países industriales apunta en el sentido de la formación de una tasa media de ganancia a nivel internacional, liberando por tanto el intercambio de su dependencia estricta en relación al valor de las mercancías; en otros términos, la importancia que en la etapa anterior tenía el valor como regulador de las transacciones internacionales cede progresivamente lugar a la primacía del *precio de producción* (el costo de producción más la ganancia media, la cual, como vimos, es inferir a la plusvalía, en el caso de los países dependientes). Sólo entonces se puede afirmar que (a pesar de seguir estorbada por factores de orden extraeconómico, como por ejemplo los monopolios coloniales) la economía internacional alcanza su plena madurez y hace jugar en escala creciente a los mecanismos propios de la acumulación de capital.

Recordemos, para evitar equivocaciones que la baja de la cuota de ganancia en los países dependientes como contrapartida de la elevación de su composición orgánica se compensa mediante los procedimientos de la superexplotación. (MARI-  
NI, 1973, p. 90)

Como se vê aqui, ao contrário do argumento que o crítico imputa a Marini, de que a

superexploração depende necessariamente do mais-valor extraordinário entre os ramos, este já em 1973 parecia não concordar com ele. Para Marini, a queda da taxa de lucro e o afã de lucro estimulado pelo mercado mundial levam à busca de mecanismos de compensação que incidem sobre o valor da força de trabalho, pois o objetivo primordial do capital, em sua existência concreta, isto é, como contradição entre sua forma particular e síntese de múltiplos capitais, é o mais-valor extraordinário e não a taxa de lucro média, como quer o crítico e o seu modelo de equilíbrio perfeito marxista.

Sobre o tema do nivelamento das taxas de lucro, o nosso crítico parece ignorar uma dimensão fundamental. Acusa-me – não sei a partir de que trechos dos meus escritos, pois isto não está em parte alguma – de desconhecer que todos os capitais podem elevar a produtividade igualmente dentro do ramo e eliminarem, desta forma, em seu interior, o mais-valor extraordinário, mas desconhece o contrário, isto é, que o nivelamento das taxas de lucro pode impulsionar tanto o mais-valor extraordinário dentro do ramo – particularmente em formações sociais dependentes, onde a tecnologia entra aos saltos, impondo altos níveis de concentração de capital e heterogeneidade tecnológica –, como uma desvalorização das mercadorias superior à elevação da produtividade da grande maioria dos capitais particulares, quanto mais o valor de mercado se aproxime dos valores individuais do

segmento de composição técnica superior. Tal situação pode ativar os mecanismos de superexploração descritos por Marini, que se expressam na queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor.

Finalmente, é absolutamente estarrecedora a afirmação de que tomo a produtividade do capital como produtividade de valores de uso e não fundamentalmente como elevação da composição técnica e orgânica. Trata-se de um processo de manipulação grotesca do que escrevo, que não encontra base empírica em lugar algum. Todavia, ao negar transferências de valor, que não sejam pela via dos preços de produção ou preços de mercado, parece plausível que o crítico possa considerar iguais as taxas de lucro das indústrias de alfinetes e de automóveis na economia mundial, não representando a especialização, em cada uma delas, nenhum ônus ou bônus ao país que fizer sua escolha. O que ele não percebe é que, mais do que exprimir apenas fenômenos de preços de mercado, os diferenciais de taxas de lucro explicam-se pelo fato de que as barreiras para a migração de capital para os segmentos de composição superior são tecnológicas, e que estes se concentram na produção de mercadorias de consumo suntuário porque sua demanda é constituída fundamentalmente por mais-valor, que se expande com a própria introdução do progresso técnico. A partir desta base, atuam, até certo ponto, os preços de mercado.

## **5. Precisoões em busca de uma formalização da superexploração do trabalho**

Em *Dialética da dependência*, Ruy Mauro Marini distingue duas grandes formas de exploração do trabalho, que são o aumento da capacidade produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalho. A primeira se estabelece pela elevação da produtividade do trabalho e pode conduzir ou não ao mais-valor relativo, dependendo do setor de incidência e das transferências de valor a que dá lugar; a segunda efetiva-se pela queda dos preços da força de trabalho por debaixo de seu valor, expressando-se pelo aumento da jornada e da intensidade de trabalho e/ou apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador. A maior exploração do trabalho, que o autor define como superexploração do trabalho, não se restringe a formas primitivas de desenvolvimento capitalista, e não somente pode se articular com o aumento da capacidade de trabalho, mas tende a se expandir com o aumento da composição técnica e orgânica do capital.

No conjunto de sua obra, Marini indica que a superexploração do trabalho é produto de transferências de valor oriundas de situações monopólicas que atuam entre os ramos produtivos e no interior destes. Essas situações, que resumiremos a seguir, são descritas em um conjunto de trabalhos do autor, onde se destacam *Subdesarrollo y revolución* (1969), *Dialética da*

*dependência* (1973), *Las razones del neodesarrollismo* (1978), *Plusvalía extraordinária y acumulación de capital* (1979b) e *Procesos y tendencias de la globalización capitalista* (1996). São elas:

- a) O aumento da jornada de trabalho e/ou intensidade de trabalho em economias de baixa produtividade, como consequência da maior demanda absoluta de matérias-primas, devido ao aumento da composição orgânica do capital nos países centrais, situação que prevalece até 1870;
- b) O estabelecimento dos preços de produção que levam à queda das taxas de lucro no segmento exportador dos países periféricos – então ali superiores às do centro – e à ativação de mecanismos de maior exploração do trabalho para restituir os níveis anteriores;
- c) A introdução da tecnologia monopólica estrangeira preferencialmente no setor de bens de consumo suntuário e nos segmentos exportadores, mas não exclusivamente nestes, produzindo mais-valor e lucros extraordinários, e impulsionando a massa de capitais que emprega a maior parte da força de trabalho a buscar, na maior exploração do trabalho, os mecanismos para resistir à maior concentração de capitais;
- d) A queda do valor de mercado em direção aos níveis do valor individual do capital de composição superior no ramo, o que leva a massa de capitais que emprega a maior parte da força de trabalho a utilizar a maior exploração do trabalho para resistir ao avanço da centralização de capitais. A quebra de empresas, resultante do processo de centralização, contribui para a formação de um importante excedente de força de

trabalho que atua no sentido de situar os preços da força de trabalho abaixo de seu valor;

- e) A concentração de progresso técnico no ramo de bens de consumo suntuário, o que impulsiona transferências de mais-valor intersetoriais que levam ao uso da maior exploração do trabalho no setor de produção de bens de consumo necessário, bem como à precoce concentração e centralização de capitais neste ramo. As transferências setoriais de mais-valor em favor do setor de bens de consumo suntuário são tendenciais, mas podem se ver anuladas por um excesso de acumulação neste ramo que eleve o preço dos elementos que compõem os capitais circulante e variável, ou por uma acentuada desvalorização social dos bens de consumo suntuários, resultado do excesso de competição no setor; e
- f) A transferência de capital fixo para a periferia por parte das filiais das transnacionais que passam a utilizar a combinação entre alta tecnologia e força de trabalho superexplorada a fim de produzir diretamente para o mercado mundial. Tal situação, que é parte de uma nova etapa da composição técnica e orgânica do capital nos países centrais, inerente aos processos de globalização, eleva o nível de concentração e centralização de capitais no mundo, situa a burguesia estritamente nacional dos países centrais abaixo das condições médias de produção e estende a estes países a superexploração do trabalho.

Podemos ainda situar uma outra dimensão contemporânea que não chegou a ser plenamente sistematizada por Marini, mas que se encontra formulada por alguns dos continuadores de

sua obra, que é a da financeirização do capital como resultado da alta composição técnica do capital<sup>3</sup>. A financeirização do capital engendra a produção de capital fictício, que se expande através da dívida pública e da sobrevalorização de títulos privados, e se realiza como apropriação de mais-valor principalmente mediante o uso do monopólio da violência estatal para transferir recursos do fundo de consumo dos trabalhadores ao capital. Na base da atual financeirização do capital, está a contradição entre a expansão do mais-valor extraordinário e a redução da massa de valor que é proporcionada pela economia de capital variável, quando diminui-se significativamente sua magnitude relativa nos processos produtivos. A acumulação de mais-valor sem a mediação da produção de mercadorias eleva a economia de força de trabalho, incide negativamente sobre a demanda do setor de bens de consumo necessários, incrementa a de bens de consumo suntuários, desloca frações de capitais para este ramo e ativa a superexploração do trabalho no primeiro como mecanismo de compensação.

A superexploração do trabalho envolve, assim, diversas dimensões e distintos de padrões de reprodução do capital. Neste artigo, formalizaremos, a título exploratório, apenas a situação referente às transferências de mais-valor entre ramos, do setor produtor de bens de consumo necessário em benefício daqueles representados por bens de consumo suntuário e maquinarias e

equipamentos, com o objetivo de simular certas condições de funcionamento das transferências de mais-valor. As formulações dão-se em nível bastante abstrato e delas retiramos as economias nacionais e, portanto, as remessas de lucro da periferia dependente ao centro, bem como as variações dos preços de mercado.

Assim vejamos:

$$c + v/\omega + m' = PbI$$

$c$  = capital constante

$v$  = capital variável, já incorporada a modificação que sobre ele gera a variação da produtividade no setor de bens de consumo necessário

$\omega$  = variação da produtividade média dos setores de bens de consumo suntuários e maquinarias e equipamentos em relação aos de bens de consumo necessários

$m'$  = massa de mais-valor, acrescentada de sua variação

$PbI$  = valor do produto do setor de bens de consumo suntuários

$$c + v/x + m' - z = PaI$$

$x$  = variação da produtividade média do setor de bens de consumo necessários

$m'$  = massa de mais-valor, acrescentada de sua variação

---

<sup>3</sup> Sobre isto, vejam-se os trabalhos de Adrian Sotelo Valencia (2010), Marcelo Carcanholo (2017), Marisa Amaral(2012) e o meu *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*.

$z$  = impacto da economia de capital variável no mais-valor, a partir do diferencial de progresso técnico nos setores que produzem direta ou indiretamente bens consumo suntuários

$PaI$  = valor do produto do setor de bens de consumo necessários

Supondo-se, arbitrariamente, a título de ilustração, as seguintes composições de capital nas situações distintas “a” e “b”:

$200 + 200 + 600 = 1000$  (setores de bens de consumo durável + maquinarias e equipamentos)

$200 + 200 + 600 = 1000$  (setor de bens de consumo necessário)

Para  $x = 1,5$  e  $w = 2$ , teríamos, no setor de bens de consumo necessários, uma elevação da taxa de lucro de 1,5 para 1,7, apesar das transferências de mais-valor

$600 + 600 + 1800 = 3000$  (setor de bens de consumo durável + maquinarias e equipamentos)

$200 + 200 + 600 = 1000$  (setor de bens de consumo necessário)

Para  $x = 1,5$  e  $w = 2$ , teríamos, no setor de bens de consumo necessários, uma queda da taxa de lucro de 1,5 para 1,1

Se ainda, para elevar a produtividade, houver aumento da composição orgânica do capital, tal fator aprofunda a queda da taxa de lucro no setor de bens de consumo necessários. Assim, quanto maior forem o peso do setor de bens de

consumo suntuário + maquinarias e equipamentos, os diferenciais de produtividade em seu favor e a composição orgânica do capital, maior será a restrição ao mais-valor relativo, em razão dos efeitos sobre a taxa de lucro no setor de bens de consumo necessários.

## **6. Algumas precisões para atualização do conceito de superexploração do trabalho**

O conceito de superexploração do trabalho formulado por Marini é de grande importância para análise da economia mundial e, principalmente, das economias do capitalismo dependente. Embora o autor tenha desenvolvido os seus aspectos mais gerais e delineado as suas principais determinações, situou suas formulações em alto nível de abstração, o que lhes deu tanto um caráter introdutório e paradigmático, quanto muito idealizado para expressar tendências de desenvolvimento que, se bem tendem a se impor, vão se afirmando em situações particulares de forma mais matizada.

Assim, em *Dialética da Dependência*, o autor menciona que seu livro não pretende ser mais do que uma introdução ao tema e obedece ao propósito de adiantar algumas conclusões a que chegou, suscetíveis de contribuir ao esforço de outros que se dedicam ao estudo das leis de desenvolvimento do capitalismo dependente (MARINI, 1973, p. 81). Embora o autor tenha escrito outros trabalhos, o estilo de alto grau de

abstração, ainda que ligado a processos concretos de análise, permaneceu neles. A prova disso é a importância que *Dialética da dependência* continuou a ter no conjunto de sua obra.

É movido por este espírito de continuidade que nos propomos a revisar alguns aspectos do conceito que o autor formulou. Tomar a obra paradigmática e introdutória de Marini como a última palavra sobre a superexploração é violar a própria compreensão que este apresentava sobre ela. Como base nisto, pretendemos adiantar aqui um conjunto de formulações que desenvolveremos mais adiante:

A primeira formulação é a de que a superexploração do trabalho deve ser entendida como a queda dos preços da força de trabalho em relação ao seu valor médio na economia mundial. Este aspecto, negligenciado, deve ser ressaltado, porque há uma contradição, na obra de Marini, entre a economia mundial, que o autor toma como referência para analisar os processos de acumulação de capital, e os valores nacionais da força de trabalho, que toma como referência para atuação da superexploração, o que termina por limitar o alcance da sua obra.

A segunda formulação é a de que o valor médio da força de trabalho pode ser determinado duplamente: como aquele que se estabelece nas condições médias de produtividade e intensidade de trabalho, determinadas pela composição técnica média do capital; ou por analogia ao

método com que se determina o capital em geral, como síntese das múltiplas particularidades do valor da força de trabalho, independente da importância desta situação concreta como situação particular.

A terceira formulação é a de que há prevalência da superexploração do trabalho numa formação social quando a maior parte da força de trabalho situa-se, significativamente, abaixo das condições médias de produção, tanto na economia nacional quanto na economia mundial, mais se afastando do que se aproximando deste patamar. A superexploração, para ser uma dimensão interna de uma formação social, requer a imposição de alto nível de heterogeneidade tecnológica e transferências de valor em benefício das empresas ou setores monopólicos;

A quarta formulação é a de que a prevalência da superexploração amplia-se quando o valor de mercado está significativamente abaixo das condições médias de produção, aproximando-se dos valores individuais dos capitais de composição superior. Neste contexto, o preço médio da força de trabalho cai abaixo do seu valor e é regido pela superexploração do trabalho. Assim, na situação monopolista como contrapartida de que o valor de mercado é determinado pelo peso do capital de composição técnica superior, o preço médio da força de trabalho é determinado pela maior massa de trabalhadores que vende sua força de trabalho em condições inferiores ao seu valor.

A quinta formulação é a de que o avanço desta situação monopolista na economia mundial, que aproxima o valor de mercado ao valor individual dos capitais de composição superior, tende a levar a superexploração do trabalho aos países centrais.

A sexta formulação é a de que o estabelecimento do mais-valor relativo pela via da produtividade não é necessariamente incompatível com a superexploração do trabalho, como assinalou Marini. Esta afirmação do autor carece de demonstração teórica ou empírica. A superexploração do trabalho limita, significativamente, o mais-valor relativo, e ao desenvolver-se a partir da concentração e centralização de capitais da economia mundial, tende efetivamente a bloqueá-la. Todavia, esta é uma tendência histórica de longo prazo. Quanto mais crescem a composição orgânica do capital, o peso do setor de bens de consumo suntuários e as transferências de valor em função da concentração e da centralização de capitais no interior e entre os ramos, menor será o espaço para a compatibilizar superexploração e mais-valor relativo. A análise sobre as possibilidades desta compatibilização ou de sua inviabilidade deve se estabelecer em níveis mais concretos e empíricos, referentes aos padrões de reprodução de capital, e não nas formulações mais abstratas da transferência de valor, onde quis situar Marini. Para isso, é necessário levar em conta além das transferências de valor que atuam sobre o setor de bens

consumo necessário, sua produtividade média e sua heterogeneidade tecnológica, e o grau de aproximação do valor de mercado em relação aos capitais de composição superior.

A sétima formulação é a de que o conceito de superexploração do trabalho tem relevante importância teórica, empírica e política. Permite identificar, nas restrições ao consumo dos trabalhadores, no prolongamento da jornada de trabalho acima da média mundial ou na elevação da sua intensidade independente de adiantamentos tecnológicos, formas específicas de exploração associadas ao desenvolvimento do capitalismo que são invisibilizadas, caso não se as vincule às transferências de valor; possibilita mapear níveis de contradição muito distintos entre capital e trabalho nas variadas formações sociais, com fortes impactos sobre as lutas de classe; oferece instrumentos teórico-metodológicos para analisar a especificidade de formações históricas burguesas quanto à concentração ou distribuição de renda e riqueza, ampliação do mercado interno, constituição do modelo político ou sustentação de formas liberais-democráticas; e possibilita teorizar, a partir da articulação entre suas tendências de longa duração e os padrões de reprodução de capital, etapas distintas de desenvolvimento de formações sociais particulares e da economia mundial capitalista, bem como suas implicações sociais e políticas.

## Bibliografia

AMARAL, Marisa. *Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo*. Tese de doutorado apresentada no programa de pós-graduação em economia da Universidade de São Paulo, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. *Dependencia, superexplotación del trabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madri: Maia Editores, 2017.

FRANKLIN, Rodrigo Straessli Pinto. (2015) *Teoria da dependência: categoria para análise do mercado mundial*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da UFRGS, 2015.

MARINI, Ruy Mauro. “Procesos y tendencias de la globalización capitalista.” In: MARINI, Ruy Mauro & MILLAN, Margara (orgs.). *La teoría social latinoamericana*, tomo IV, cuestiones contemporáneas. Mexico D. F.: UNAM, 1996, pp. 49-68

\_\_\_\_\_. “El ciclo del capital en la economía dependiente” In: OSWALD Ursula (org.) *Mercado y dependencia*. México D. F.: Editorial Nueva Imagen, 1979a, pp. 37-55.

\_\_\_\_\_. “Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital.”, *Cuadernos políticos*. México D. F.: Ediciones Era, nº 20, 1979b.

\_\_\_\_\_. “Las razones del neodesarrollismo: respuesta a F. H. Cardoso y Jose Serra”, *Revista Mexicana de Sociología*, número especial, pp. 57-106, 1978.

\_\_\_\_\_. *Subdesarrollo y revolución*. México D. F.: Siglo veintiuno, 1974.

\_\_\_\_\_. *Dialética da dependência*. México D. F.: Ediciones Era, 1973.

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. “Superexploração do trabalho e acumulação de capital: reflexões teórico-metodológicas para uma economia política da dependência.”, *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, número 5, pp. 121-138, dezembro 1999.

MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrián Sotelo (org.). *América Latina e os desafios da globalização* São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, Karl. *O Capital*, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Crisis capitalista y desmedida del valor: un enfoque desde los Grundrisse*. México D. F.: Ed Itaca, 2010.